

POLÍTICA PARTIDÁRIA E LUTA PELA PAZ: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E A CAMPANHA EM FAVOR DO “APELO DE ESTOCOLMO” (1950).

Jaime Lucio Fernandes Ribeiro
Universidad Fluminense, Río de Janeiro

RESUMEN

El trabajo tiene por objetivo reconstituir la participación del Partido Comunista de Brasil (PCB) en la campaña por el “Apelo de Estocolmo”, en el año de 1950. Originaria del encuentro de los “Partidarios de la Paz”, en Estocolmo, Suecia, y siguiendo la línea pacifista del Partido Comunista de la Unión Soviética, direccionada a todos los partidos comunistas, la campaña consistía en el recogimiento de firmas, por los militantes comunistas, a través de innumerables documentos dirigidos a la opinión pública, a los gobiernos nacionales y a los organismos internacionales, como la ONU, reivindicando la prohibición de la utilización de armas atómicas por cualquier país y la eliminación de los arsenales atómicos existentes hasta aquel momento. Los comunistas brasileños, mismo en la ilegalidad, se articularon y viabilizaron la participación de distintos grupos sociales en apoyo a la campaña.

Palabras Clave: Comunismo; Política; Sociedad; PCB; Paz.

ABSTRACT

This production look for to reconstruct the participation of Communist Faction from Brazil (PCB) in the campaign for the “Call of Stoclm”, in 1950. Originated of a meeting of “Devoted of Peace”, in Stoclm, Sweden, and following the pacifist line of “Communist Faction of Soviet Union”, directed to all of communist factions, the campaign consisted in the retirement of signatures, of communist active members, through innumerable documents directed to public opinion, national governments and to international organisms, as ONU, claiming the prohibition of atomic bombs in any country and the elimination of atomic arsenals existing until that moment. The brazilian communists, even when in the illegality, articulated then selves and viabilized the participation of different social groups to support the campaign.

Key Words: Communism; Political; Society; PCB; Peace.

O advento da época das armas nucleares, anunciada ao mundo em Hiroshima e Nagasaki, transformou irreversivelmente a natureza da guerra. A possibilidade de um verdadeiro holocausto mundial alterou, de maneira bastante significativa, as bases e os termos dos relacionamentos internacionais. Diversas gerações foram criadas à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditavam firmemente, poderiam acontecer a qualquer momento e devastar toda a humanidade. Mesmo aqueles que não acreditavam que qualquer um dos lados não pretendia atacar o outro, era difícil ser otimista. Toda uma série de crenças e imagens povoavam o imaginário das pessoas em todo o mundo. A esse período peculiar da história, os pesquisadores chamam de Guerra Fria. Teve início em 1947, consistindo no antagonismo entre as duas grandes potências mundiais daquele momento: Estados Unidos e União Soviética.

A tônica das relações entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética passava por acusações mútuas, onde cada um dos lados procurava “desmascarar” o outro. Nos meios de comunicação, de uma maneira geral, eram divulgados relatos de políticos, membros religiosos, personalidades do mundo inteiro etc., revelando os horrores das bombas jogadas sobre as cidades japonesas, sobre a bomba atômica e seus efeitos – essa principalmente divulgada pela imprensa comunista –, sobre a preparação de uma nova guerra mundial, entre outros temas. Do lado dos Estados Unidos, o grande inimigo e iniciador do confronto que levaria a uma nova guerra mundial era a União Soviética, com sua política de expansão do comunismo para o restante do mundo. O medo de uma nova revolução, tal qual ocorreu na Rússia em 1917, em países capitalistas e sob a área de influência da política norte-americana, era, principalmente, o que impulsionava os EUA a combater duramente a União Soviética.

Durante toda a Guerra Fria a posse de armas nucleares pelas duas superpotências antagonistas não permitiu que o mundo fosse jogado numa catástrofe. Numa guerra onde seria difícil dizer quem sairia o vencedor. Um planeta devastado pela energia atômica era o que povoava o imaginário das pessoas em todo o mundo. Nesse aspecto, salienta Bernard Manin que

“se a paz se limitasse a surgir sobre um fundo de guerra, como produtos de guerras precedentes, mantidas pelo temor do conflito e por um equilíbrio de forças, com vistas a guerras futuras para as quais é preciso estar preparado, não seria mais do que uma interrupção momentânea dos conflitos armados entre os povos, e a eles subordinada.”¹

Com isso, pode-se perceber o que ocorreu durante a chamada “coexistência pacífica” da Guerra Fria. Os governantes da União Soviética e dos Estados Unidos mantiveram a paz – a saber, uma paz armada –, evitando um confronto direto, pois sabiam da força um do outro. Além disso, sabiam também do poder de destruição de armas desse tipo. Uma destruição atômica atinge, indistintamente, todas as classes, todos os credos, todas as pessoas. É preciso apenas que estejam sob o alvo do inimigo.

No início da década de 1950, militantes comunistas, de várias partes do mundo, lançaram-se em diversas campanhas com um único objetivo: salvaguardar a paz mundial. Uma tarefa extremamente difícil, porém de grande valor humanitário. O “Apelo de Estocolmo”, como ficou conhecido, era o nome dado à “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas” que, por sua vez, fazia parte do chamado “Movimento pela Paz”.

O movimento começou em agosto de 1948, quando celebrou-se, na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”. Além deles, o “Congresso Mundial da Federação Democrática das Mulheres”, em Budapeste no outono do mesmo ano, e, muito particularmente, o primeiro “Congresso Mundial dos Partidários da Paz”, realizado em Paris e em Praga, de vinte a vinte e cinco de abril de 1949, contribuíram grandemente para a divulgação e propagação do “Movimento pela Paz” em todo o mundo.

¹ MANIN, Bernard. “Paz”. In *Encyclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5, p. 273.

Somente a partir de março de 1950, a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas” foi incorporada ao “Movimento pela Paz”. O objetivo do “Apelo de Estocolmo” era coletar milhões de assinaturas, em diversos países, para serem enviadas à ONU, dirigindo seus esforços para a proibição da utilização das armas atômicas por qualquer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento, manifestando, dessa forma, a vontade de milhões de pessoas em favor da paz mundial.

O “Movimento pela Paz” incluía outras campanhas, não apenas se restringindo à “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas”. Apelos e protestos contra a OTAN, contra a Guerra da Coréia, pelo desarmamento geral, contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, contra a guerra atômica (“Apelo de Viena”, 1955), por um pacto de paz entre as cinco grandes potências – Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França (“Apelo de Berlin”, 1951) –, estavam vinculados ao “Movimento”. No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do “Apelo de Estocolmo”.

A “Campanha” começou em março de 1950, quando foi lançado o “Apelo de Estocolmo” e terminou em 30 setembro do mesmo ano – data de entrega das cotas de todos os países participantes. Cada país tinha uma cota de assinaturas que deveria coletar e, posteriormente, enviar ao II Congresso Mundial da Paz, que seria realizado na cidade de Sheffield, na Inglaterra. Assim, cada partido comunista deveria se empenhar ao máximo para atingir suas cotas. O PCB assumiu a tarefa, divulgando e propagandeando as “Campanhas”. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias, tais como: comícios relâmpagos, palestras, enterros simbólicos concernentes a uma possível catástrofe nuclear, jornal-mural, distribuição de panfletos redigidos de maneira didática, dramatizações dos efeitos das bombas atômicas jogadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, emulações de diversos tipos, concursos, festas para arrecadação de assinaturas, apelo à participação de personalidades comunistas e não comunistas, utilização de sua imprensa etc.

É preciso ressaltar que o “Movimento pela Paz” não foi obra do Partido Comunista da União Soviética, muito menos do PCB. A partir de 1947, a União Soviética, sob a liderança de Stálin, lançava aos partidos comunistas uma nova “linha geral”.² A nova perspectiva consistia em formar uma ampla frente antiamericana, visando impor aos Estados Unidos um arranjo mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como barrar o desenvolvimento armamentístico norte-americano, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. Assim, o movimento organizado que obteve maior destaque dentro da nova “linha geral” foi o chamado “Movimento pela Paz”.

Em novembro de 1949, na reunião do Kominform, a “luta pela paz” foi definida como tarefa central do movimento comunista, a qual deveriam subordinar-se todas as outras tarefas e objetivos.³ Acreditava-se, nesse momento, numa possível “ação direta” do imperialismo norte-americano contra a União Soviética. Os líderes do Kominform diziam que a URSS vivia uma grave ameaça com a escalada armamentista dos EUA, especialmente com seus arsenais atômicos. A intervenção na Coréia, relatavam, era a grande prova da agressividade imperialista. O objetivo prioritário dos revolucionários, portanto, era o de conquistar uma paz “sólida e duradoura” em detrimento de novas revoluções socialistas. A partir desse momento, o PCUS direcionou a todos os partidos comunistas a “tarefa” de participar das campanhas do “Movimento pela Paz”. Dessa forma, pode-se notar que a URSS procurou aproveitar-se das campanhas de luta pela paz para conquistar seus objetivos no contexto da corrida armamentística.

Por outro lado, é preciso destacar que havia, por parte dos governos de ambos os países, aspirações a uma coexistência a longo prazo, mesmo que, na maioria das vezes, fossem marcadas

² CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Paris, Ruedo Ibérico, 1970.

³ CLAUDIN, Fernando. Op. cit.

pela propaganda negativa que um fazia do outro. Havia, no mundo inteiro, e, sobretudo na União Soviética, aspirações imensas pela paz.

As estimativas das perdas de vidas humanas atestam um quadro verdadeiramente impressionante. A Segunda Guerra Mundial, no seu conjunto, afetou, de maneira incontestável, a vida do continente europeu. No entanto, nenhum outro país seria afetado de modo tão catastrófico quanto a URSS. Segundo Reis Filho, “enquanto a União Soviética perdeu 20 milhões de habitantes, entre civis e militares, Estados Unidos, Inglaterra e França, reunidos, tiveram perdas de cerca de 1,3 milhão de pessoas.”⁴ Nota-se, portanto, uma diferença significativa, principalmente, ao considerar-se que as mortes associaram-se, também, a outras perdas, de difícil mensuração, como, por exemplo, invalidez permanente ou temporária, traumatismos, desestruturação de famílias, devastação de propriedades etc. É evidente que Inglaterra e França também foram afetadas. Endividaram-se pesadamente, perderam a condição de grandes potências e sofreram perdas humanas e materiais. Todavia, nada comparável às destruições causadas pelos nazistas nas regiões soviéticas ocupadas durante a guerra. Cidades inteiras arruinadas, milhares de aldeias arrasadas. Como relata Reis Filho,

“os soviéticos, após o conflito, classificaram 1.710 cidades e cerca de 70 mil aldeias como *destruídas*, quase metade do espaço urbano, 1,2 milhão de habitações urbanas e 3,5 milhões de habitações rurais gravemente avariadas ou simplesmente riscadas do mapa. A infra-estrutura de transporte e comunicações foi violentamente abalada: perdas totais ou graves avarias foram registradas em 65 mil quilômetros de trilhos, 15.800 locomotivas, 428 mil vagões, 4.280 barcos e em metade de todas as pontes nos territórios ocupados. O gado equino perdeu dois terços do seu estoque, o suíno quase 85%.”⁵

Os dados, em todos os níveis, eram sombrios. A vitória na Segunda Guerra Mundial fora conquistada. Contudo, a um custo extraordinariamente elevado. Para Reis Filho, “este custo marcaria a sociedade por gerações, de uma forma irremediável, acrescentando traumas e patologias inenarráveis”.⁶ Ainda, segundo o autor, “em meados dos anos 50, mais de dez anos após o fim da guerra, muitas regiões na URSS ainda não haviam recuperado os níveis demográficos de 1940”.⁷ Dessa maneira, é possível perceber que uma coexistência pacífica, a longo prazo, era um fator que agradava não apenas a população soviética, mas, de igual forma, a opinião pública internacional. Como salienta Reis Filho, “nunca, talvez, a URSS conhecera, de forma tão generalizada e profunda, tal anseio e confiança numa paz duradoura. Um senso comum”.⁸

Importa ressaltar que, mesmo nos Estados Unidos, foi preciso um grande esforço para mobilizar a sua população, durante a Guerra Fria, contra a União Soviética. Vale lembrar que os soviéticos haviam sido um importante aliado na luta contra o nazismo e saíram da Segunda Guerra Mundial com grande prestígio internacional. Assim, não se pode dizer que o “Movimento pela Paz” e as campanhas por ele desenvolvidas foram apenas chamamentos à paz, sem nenhum respaldo das populações, que foram criados apenas como manobra da URSS para conter o avanço das pesquisas nucleares norte-americanas e espalhar sua revolução comunista pelo mundo, como vão dizer os governos capitalistas, aliados dos Estados Unidos durante a disputa da Guerra Fria.

Entretanto, é preciso relativizar algumas questões quanto ao “pacifismo” soviético do período. Torna-se extremamente importante destacar que há uma grande diferença entre pacifismo e luta pela paz. Uma coisa é o pacifismo de Gandhi, outra coisa é dizer que a linha política da

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 1997, p. 153.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

União Soviética sob Stálin era pacifista. Além disso, a linha pacifista, inspirada por Nikita Kruschev, somente teria sua afirmação depois da morte de Stálin. Desse modo, é possível dizer que a URSS, sob Stálin, utilizava-se do discurso pacifista, associando-o a sua imagem, reivindicando a proibição das armas atômicas e a destruição dos arsenais existentes até aquele momento, ao mesmo tempo em que avançava nas suas pesquisas belicistas e nucleares.

Importa ressaltar que, em 1962, o governo soviético publicou um livro intitulado *A estratégia militar*. O livro apresentou, entre outras questões, oito postulados. O primeiro revelava que o desencadeamento de uma guerra contra a União Soviética ou contra um outro Estado “socialista” se ampliaria até constituir um conflito mundial. O segundo dizia que o conflito seria um choque entre dois sistemas sociais antagonistas e terminaria pela vitória do comunismo. O terceiro postulado destacava que os foguetes portadores de ogivas termonucleares desempenhariam um papel preponderante, sendo que outros tipos de forças interviriam apenas como complementação. O quarto postulado demonstrava a disposição da URSS na eventualidade de uma guerra nuclear. Dizia que a condução da guerra visaria essencialmente a desferir golpes termonucleares maciços com a finalidade de destruir os recursos nucleares do adversário e de aniquilar seus centros vitais, o que implicaria o fato de que o centro de batalha se deslocaria para as profundezas do dispositivo do adversário. Um outro ponto relatava que uma economia capaz de desenvolver ao máximo o poder de suas forças armadas pode torná-las capaz de aniquilar o agressor durante a fase inicial do conflito.⁹ Enfim, em todos os pontos do livro o tudo ou nada da dissuasão é reforçado pela ameaça de um recurso a um ataque por antecipação. E antes mesmo da publicação da nova *estratégia militar*, o governo soviético, entre algumas políticas de demonstração de sua intenção pacifista, incentivou também políticas econômicas direcionadas ao setor militar. De acordo com Claude Delmas, “de 1953 a 1957 insistiu-se sobre a mobilidade e a potência de fogo das tropas de combate, acelerando-se a motorização das forças terrestres e procedendo à redução de efetivos”.¹⁰ A partir de 1960, a URSS, fortalecida pelos sucessos alcançados no domínio espacial e persuadida do sucesso da Conferência de Cúpula que aconteceria em Paris, anunciou importantes reduções de efetivos, a substituição de aviões pilotados por foguetes e a desativação próxima da frota de superfície em benefício da frota submarina. Entretanto, o revés sofrido pela Conferência de Paris, as indefinições do Estado-Maior quanto à redução dos efetivos e a renúncia a certos meios clássicos fez com que o governo soviético anunciasse, no verão de 1961, que as tropas de combate, a aviação pilotada e a frota de superfície continuassem a ter um papel importante a desempenhar. Além disso, houve ainda um reforço do Pacto de Varsóvia e das forças armadas dos satélites.

Assim, por mais que houvesse militantes e/ou dirigentes do PCUS e, por conseguinte, dos PC's mundiais favoráveis a um processo de luta pela paz, havia setores desses partidos e, sobretudo, na União Soviética que apostavam numa vitória na corrida armamentística e num confronto militar vitorioso para o campo soviético. O exemplo da crise dos mísseis em Cuba, em 1962, é bastante esclarecedor. Se a linha pacifista fosse a aspiração geral entre os dirigentes da URSS, por que insistir na possibilidade de um conflito armado? O desejo de uma luta pela paz chocava-se com interesses militares e com a aposta de uma luta aberta bem-sucedida contra os Estados Unidos. Com isso, é possível perceber que a “coexistência pacífica” não se desenvolveu de maneira linear, alternando crises e distensões durante todo o período de sua existência. Isso mostra que havia disputas e tensões entre os dirigentes do PCUS e entre os diversos setores do partido. Além disso, contribui para relativizar o “pacifismo” soviético do período.

Não obstante, o objetivo do artigo é mostrar a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela proibição das armas atômicas. O PCB assumiu a tarefa, divulgando e propagandeando a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”. Para melhor conquistar sua cota, o Partido dividiu o Brasil em três grandes grupos, redistribuindo uma nova cota de

⁹ DELMAS, Claude. *Armamentos nucleares e Guerra Fria*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979. Especialmente o capítulo 3.

¹⁰ DELMAS, Claude. Op. cit., p. 78.

assinaturas. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias, que procurarei mostrar ao longo dessas linhas.

O comitê do Congresso Mundial dos Partidários da Paz realizou sua terceira sessão plenária para fazer um balanço das lutas pela paz que se desenvolveram e intensificaram, nos primeiros meses de 1950, e trocar experiências para prosseguir-las de modo mais elevado, com a finalidade de conjurar as ameaças de guerra que se agravaram naquele ano.

O comitê adotou importantes resoluções para a luta dos partidários da paz em todo o mundo. Eram as seguintes:

1) - Chamamos todos os homens de boa vontade para um novo Congresso Mundial da Paz, a realizar-se na Itália no 4º trimestre de 1950.

2) - Convidamos para este Congresso todas as coletividades sociais, religiosas e culturais, todas as pessoas de bem quaisquer que sejam as suas opiniões sobre a origem da atual tensão internacional, que se preocupam e desejam sinceramente o restabelecimento das relações pacíficas entre as nações.

3) - Submetemos a todos, como ponto para um acordo, a proibição da arma atômica e a condenação de qualquer governo que, em primeiro lugar, dela fizer uso.¹¹

A partir desse momento, a proibição das armas atômicas tornava-se o elemento central do *Movimento pela Paz*. O comitê lançou ainda um *Apelo*, segundo *Voz Operaria*, assinado pelo seu presidente, o cientista francês Frederic Joliot-Curie, o qual encontrava-se assim redigido:

Exigimos a proibição absoluta da arma atômica, arma de terror e exterminio em massa de populações.

Exigimos ao mesmo tempo o estabelecimento de um rigoroso controle internacional que assegure a aplicação da medida de interdição.

Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atômica, não importa contra que país, terá cometido um crime contra a humanidade e deverá ser considerado criminoso de guerra.

Pedimos a todos os homens de boa vontade que assinem este apelo.¹²

Em 15 de março de 1950, o *Apelo de Estocolmo*, como ficou conhecido, mobilizou comunistas de todo o mundo que se engajaram com disciplina e grande determinação na tarefa. Importa ressaltar que uma campanha não anulava outra, pois a defesa da paz passava, especialmente, pela proibição das armas atômicas. Nessa campanha, a principal atividade dos combatentes da paz¹³ consistia em recolher assinaturas¹⁴ através de inúmeras cópias do *Apelo de Estocolmo*, em favor da proibição das armas atômicas em todo o mundo.

No Brasil, os revolucionários eram orientados sobre a política “pacifista”¹⁵ da URSS. Diversos comitês pela paz foram criados em cidades, bairros, empresas etc. Salvo algumas exceções, eram em sua maioria constituídos por comunistas e simpatizantes.

¹¹ *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1950, p. 4.

¹² Idem.

¹³ Assim eram chamados aqueles que participavam ativamente da campanha colhendo assinaturas. Em sua maioria, militantes comunistas.

¹⁴ É preciso salientar que a coleta de assinaturas pela proibição das armas atômicas não teve início somente a partir do “Apelo de Estocolmo”. Em 11 de fevereiro de 1950, publicava o jornal *Voz Operária* que, no Canadá, “uma grande reunião dos partidários da paz, (...), decidiu angariar 40 mil assinaturas em favor da proibição das armas atômicas.”

¹⁵ Quanto ao tema da política dita “pacifista” da União Soviética, é possível fazer uma significativa reflexão. A URSS denominava essas campanhas como *pacifistas*. Contudo, verifica-se que há uma grande diferença entre pacifismo e luta pela paz. Uma coisa é o pacifismo de Gandhi, no processo de luta pela libertação da Índia, outra coisa é dizer que a linha política da União Soviética, sob Stálin, era pacifista. Além disso, a linha pacifista, inspirada por Nikita Kruschev, somente teria sua afirmação depois da morte de Stálin.

Os comunistas, dedicados à campanha, faziam comícios, organizavam comitês, elaboravam *comandos* (grupos de pessoas destinadas a colher assinaturas para o Apelo de Estocolmo) para serem distribuídos a todas as pessoas que pudessem fazer assinar. A tarefa central era a coleta de assinaturas. Os militantes deveriam dedicar-se ao máximo para que o objetivo da campanha fosse conquistado. O sucesso da campanha, relatava a imprensa comunista, não residia, simplesmente, na coleta de assinaturas, mas num bem maior e mais glorioso. A paz para o mundo e a salvação da humanidade eram as verdadeiras conquistas dos combatentes da paz. Dessa maneira, a imprensa comunista incentivava seus leitores e, principalmente, militantes, na busca, cada vez maior, de assinaturas para a campanha. Os jornais comunistas incentivavam e relatavam a adesão, sempre maior, de pessoas que assinavam o apelo e apoavam a campanha.

As mulheres eram incentivadas a participar, a organizarem-se em associações femininas, a realizarem palestras, *comícios-relâmpagos* etc. Acreditavam os comunistas que a participação das mulheres era indispensável. Havia, até mesmo, modelos do *Apelo de Estocolmo*, criados pela imprensa comunista, no intuito de serem recortados do jornal para que as pessoas pudessem assinar, quer sejam parentes, quer sejam amigos ou colegas de trabalho. Um desses modelos era destinado, em particular, às mulheres:

VOCÊ
QUE NÃO QUER QUE SEU FILHO MORRA NA GUERRA
QUE NÃO QUER PERDER SEU NOIVO
QUE AMA SEU MARIDO E DESEJA QUE ELE VIVA AO LADO DE SEUS
FILHOS

assine e mande para nossa Redação este apelo em favor da defesa da Paz entre os povos:

EXIGIMOS a proibição absoluta da arma atômica, arma execrável e de extermínio em massa de populações.

EXIGIMOS o estabelecimento de um controle internacional para assegurar a aplicação desta medida.

CONSIDERAMOS que o governo que utilizar contra qualquer outro país a arma atômica cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra.

.....
.....

.....

Tire cópias desta importante resolução do Comitê Mundial dos Partidários da Paz e com ela consiga o maior número possível de assinaturas, enviando-nos em seguida.¹⁶

Luiz Carlos Prestes, em seu *Manifesto de Agosto* – documento que consolidou a mudança de linha política rumo ao radicalismo revolucionário dos anos compreendidos entre 1950 e 1958 – fazia um apelo especial às mulheres. Acreditando em sua força e coragem, dizia:

MULHERES DO BRASIL! Sois as primeiras e as maiores vítimas da guerra e do terror fascista. Operárias e campesinas, donas de casa, mães e esposa Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares. Com vossa tradicional coragem e decisão impedir o crime de mais uma guerra imperialista!¹⁷

¹⁶ *Voz Operaria*. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1950, p. 04

¹⁷ Idem, 5 de agosto de 1950, pp. 1,2 e 4.

Desse modo, fica evidente a tentativa de se acreditar numa sensibilidade feminina, num suposto instinto materno, que auxiliasse na adesão à campanha. Invocando valores humanitários, maternos, de amor e de amizade, procuravam alcançar suas cotas de assinaturas e angariar mais partidários da paz. É interessante notar a maneira como os comunistas, através da imprensa, formulavam seus *apelos*. Não permitiam muitas alternativas para quem os lesse, senão, pelo menos, assinar. Um outro exemplo dessa medida podia ser encontrado no jornal *Voz Operária*, de 24 de abril de 1950, que dizia:

Você é Contra Este Crime?

UMA ÚNICA BOMBA ATÔMICA JOGADA SOBRE A CIDADE JAPONESE DE HIROSHIMA, MATOU 200 MIL PESSOAS - HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS, INDISCRIMINADAMENTE - UMA POPULAÇÃO DE 400 MIL HABITANTES.

Você deseja que outras cidades, e, quem sabe, sua própria cidade com seu lar, seus entes queridos, seus amigos tenham o mesmo trágico destino de Hiroshima?

NÃO! Você, se é um ser humano não deseja que se repita este crime contra qualquer cidade ou população.

Então, recorte e assine este apelo dos Partidários da Paz, ou tire um cópia dele e faça seus amigos e companheiros de trabalho assiná-la e depois remeta-os à nossa redação - AV. Rio

Branco, 257, sala 1711 - Rio, D. F. - que os encaminharemos à Organização Brasileira de Defesa da Paz.¹⁸

Com isso, os combatentes da paz foram conseguindo um número cada vez maior de assinaturas logo nos primeiros meses da campanha. Alguns dados, relatados na imprensa comunista, demonstravam o sucesso da campanha. Em uma manchete, lia-se que “todos os operários de uma fábrica exigiam a proibição da bomba atômica.”¹⁹ O exemplo vinha de Santo André, em São Paulo, onde os operários da indústria metalúrgica Nizan assinaram o *Apelo de Estocolmo*. Continuou o jornal, dizendo que

os operários dessa fábrica, unanimemente, sem nenhuma exceção, assinaram o apelo em que milhões de homens, mulheres, jovens e crianças do mundo inteiro estão exigindo a proibição da arma atômica, arma terrorista de destruição de vidas humanas, de eliminação de populações pacíficas.²⁰

Em outra manchete, referente à vila Calumbi de Flores, em Pernambuco, podia ser lido: “todos os habitantes, sem exceção, assinaram o Apelo de Estocolmo exigindo a interdição da mais hedionda arma que ameaça a humanidade”.²¹

Nessa medida, é possível perceber a adesão de um número crescente de pessoas que assinavam o *Apelo de Estocolmo* e garantiam o êxito da *Campanha pela Proibição das Armas Atômicas*. Entretanto, é de causar uma certa estranheza a adesão unânime de todos os habitantes

¹⁸ Idem, 24 de abril de 1950, p. 08.

¹⁹ Idem, 10 de junho de 1950, p. 04.

²⁰ Idem.

²¹ Idem, 01 de junho de 1950, p. 04. Consultando o IBGE, verifica-se que a Vila Calumbi, localizada no município de Flores, pertence a zona do sertão alto, de Pernambuco. Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, figurava no município de Flores o distrito de São Serafim. Todavia, pelo decreto-lei estadual nº 92, de 31/03/1938, o distrito de São Serafim passou a denominar Calumbi. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o distrito Calumbi permaneceu no município de Flores. Contudo, em 20/12/1963, foi elevado a categoria de município, pela lei estadual nº 4938, sendo desmembrado de Flores, sede no antigo distrito de Calumbi. O senso de 1950, referindo-se a população presente, revela que em Calumbi havia 3.875 habitantes. Já o município de Flores constava com 39.548 habitantes.

de uma vila, *sem exceção*. Deve-se lembrar que um dos objetivo dos artigos era tensionar os militantes. Essa notícia, em particular, revela que, se algo tão improvável como o artigo propunha fora conseguido pela militância pernambucana, em outras regiões esse fato também seria possível. Outra questão a ser considerada diz respeito às regiões Norte e Nordeste do país que apresentavam, naquele período, um elevado número de analfabetos. Assim, é, de certa forma, impressionante que todos os habitantes de uma vila tenham assinado o *Apelo de Estocolmo*.

De posse de dados científicos, relatos da imprensa nacional e internacional, depoimento de sobreviventes etc., os militantes comunistas, através dos comandos, dos comícios-relâmpagos, palestras, dos panfletos que quotidianamente distribuíam pelas ruas das cidades e, sobretudo, de sua imprensa, procuravam alertar e esclarecer as pessoas sobre o que era a bomba atômica, seus efeitos e as consequências de uma guerra utilizando energia de tal tipo. Em um panfleto intitulado “JÁ PENSOU BEM O QUE SIGNIFICA UMA GUERRA ATÔMICA? ENTÃO MEDITE NO SEGUINTE.”,²² os comunistas procuravam esclarecer o poder de destruição de uma bomba nuclear e, comparando com cidades brasileiras, almejavam dar a melhor explicação, ao mesmo tempo em que aproximava para o Brasil a realidade das cidades japonesas atingidas. Segundo o panfleto, “uma só bomba atômica, a que foi lançada sobre a cidade de Hiroshima no Japão matou 80 mil pessoas (número equivalente a toda a população de Maceió, capital de Alagoas) e estropiou mais de 200 mil pessoas (número equivalente a toda a população de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais).”²³

Os panfletos eram bastante simples e didáticos, baseados, em grande parte, num processo de perguntas e respostas. O objetivo era o de explicar, de maneira direta, os enormes danos causados pela bomba atômica e suas radiações, além de causar grande impacto nos leitores. Um grande número de panfletos retratava os efeitos destruidores das bombas atômicas jogadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Em sua maioria, como já demonstrado, também comparavam seus terríveis efeitos sobre cidades brasileiras, fábricas, praças etc., caso houvesse uma guerra atômica e fossem lançadas bombas sobre esses lugares. Num dos panfletos, questionava-se, em letras garrafais, o que aconteceria se fosse jogada uma bomba atômica sobre uma indústria. Imediatamente após, respondia o panfleto:

*Se uma bomba atômica cair sobre a fábrica Goodyear, tudo que estiver a 200 metros desse ponto será arrasado e dissolvido pelo calor. A destruição será massiva até 1.600 metros desse mesmo ponto; e até 4.800 metros de distância do ponto onde cair a bomba produzir-se-á um tal aquecimento que se registrarão incêndios em massa; além disso, os efeitos da radiação ou matarão imediatamente as pessoas que estiverem nessa área ou atingirão os centros vitais de um a grande maioria, vindo a causar-lhe a morte mais tarde.*²⁴

Concluía o panfleto, revelando os bairros e as outras fábricas que poderiam ser atingidas pelos efeitos da bomba atômica. Terminava dizendo que onde havia, naquele momento, “produção e vida seria o reino da destruição e da morte”.

Na verdade, o que faziam os comunistas, em suas comparações com cidades brasileiras, era mostrar o que havia acontecido nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Com isso, eles chegavam à conclusão de que, numa nova guerra mundial, as principais vítimas seriam as “populações pacíficas” das grandes cidades. Para tanto, diziam os comunistas, os objetivos dos provocadores de um novo conflito internacional – Estados Unidos e seus aliados –, eram claros: “eliminar vidas humanas”.

²² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Departamento de Política Social (DPS), Panfleto 717, ano de 1950.

²³ Idem.

²⁴ Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional. Panfletos Ij¹ 1325, ano de 1950.

Dessa forma, os comunistas elegiam a bomba nuclear e seus efeitos devastadores como elementos de mobilização contra uma nova guerra mundial. Os combatentes da paz esforçavam-se para convencer o conjunto da sociedade sobre os horrores de um conflito atômico. Nessa medida, procuravam coletar o maior número de assinaturas possível para o *Apelo de Estocolmo*.

Havia, também, diversos outros recursos utilizados pelos comunistas para angariar mais assinaturas e conquistar mais simpatizantes à sua causa. Dramatizações sobre os efeitos “monstruosos” da bomba atômica eram feitas com a intenção de alertar a sociedade acerca dos enormes danos causados por sua ação. Comandos de casa em casa, jornais-murais, enterros simbólicos, comícios-relâmpago, passeatas, distribuição de panfletos, dramatizações, divulgação e propaganda através da sua imprensa etc., eram constantemente utilizados pelos comunistas como estratégias para conquistarem seu objetivo: coletar os quatro milhões de assinaturas em favor do *Apelo de Estocolmo*.

Merece destacar que os jornais da grande imprensa não explicavam o que era a bomba atômica e seus efeitos. Os comunistas, nesse sentido, faziam um importante esclarecimento à população de uma arma que, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mudaria o rumo das relações internacionais e poria o mundo em constante alerta.

A ação dos trabalhadores e das massas populares não era apenas importante, mas também imprescindível. Os periódicos, em diversos artigos, revelavam que “as ações de massas é que decidirão da manutenção e consolidação da paz, afastando assim o perigo de morte de milhões de criaturas pelas armas atômicas e bacteriológicas”.²⁵ O sucesso da campanha pela interdição das armas atômicas dependia de sua transformação em uma “campanha de massas”. Deveria “unir todas as pessoas” em prol de um objetivo comum: proibir a utilização das bombas atômicas por qualquer país, dando o mais importante passo para a consolidação da paz.

Nos primeiros meses de 1950, podia-se ler, na imprensa comunista, notícias sobre a “adesão em massa” de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos de diferentes camadas da sociedade. Diversas manifestações públicas contra a guerra e a favor da paz eram realizadas. O Comitê dos Partidários da Paz da Grã-Bretanha lançava a palavra de ordem: “fazer de 1950 um ano de paz”. Nesse ano, os esforços deveriam ser redobrados e aos “combatentes da paz” a honrosa tarefa de coletar mais assinaturas.

No âmbito internacional, a imprensa comunista divulgava a rápida propagação do *Apelo de Estocolmo*. Diversos países aderiam à Campanha contribuindo com milhares de assinaturas. Em alguns países, não só conseguiam as firmas, como também ultrapassavam suas previsões. Em vinte de maio de 1950, relatava o jornal *Voz Operária* “que na Alemanha, na pequena cidade de Furth, onde o objetivo inicial era de recolher 10.000 assinaturas, estas chegaram a 15.000. Na Comuna de Stuthurge a população assinou o Apelo de Estocolmo na proporção de 80 por cento.”²⁶ Fazia ainda uma pequena tabela, mostrando os resultados do *Apelo* em diversas cidades da Alemanha. Em Dusseldorf, a primeiro de maio, foram recolhidas 38 mil assinaturas. Em Colonia, 30.600; em Essem, 28.000; em Nuremberg, 38.000 e em Munich, 22.000 assinaturas. Na Romênia e na Bulgária, retratavam os jornais comunistas, haviam sido coletadas, até a primeira quinzena de maio, dezenove milhões de assinaturas contra a bomba atômica. Ainda na Romênia, destacava o jornal,

*existem 237.000 voluntários recolhendo assinaturas para o Apelo de Estocolmo em favor da proibição da bomba atômica. São operários, campesinos, estudantes, sacerdotes, soldados e jornalistas. Dessa tarefa participam homens e mulheres, rapazes e moças, que vão às fábricas, às repartições, aos escritórios comerciais, de casa em casa.*²⁷

²⁵ *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1950, p. 4.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

Como essas, manchetes e notícias do mundo inteiro eram veiculadas pela imprensa comunista. Havia, até mesmo, no periódico *Voz Operária*, uma seção dedicada aos assuntos e notícias internacionais da Campanha pela Interdição das Bombas Atômicas intitulada: *A Campanha de Assinaturas*. É possível notar que a Campanha não apenas angariava milhares de assinaturas, como também conquistava novos *combatentes da paz*. Pessoas de diversos setores da sociedade, não importando sexo ou idade, aderiam à Campanha contribuindo com suas assinaturas para o fim dos arsenais atômicos em todo o mundo. Assim, é possível perceber que a Campanha crescia cada vez mais, e, continuando com essa velocidade, os resultados seriam certamente alcançados.

Motivados por essa esperança, ou mesmo a certeza, é que muitos militantes dedicavam-se, cada vez mais, às suas tarefas. Esforços solitários eram revelados no decorrer da campanha a fim de convencer o leitor a tornar-se um “combatente da paz”, fazendo-o conseguir novas assinaturas junto aos colegas de trabalho, amigos, parentes etc., e não apenas a sua própria. Os exemplos individuais, por outro lado, mostravam aos militantes comunistas que as barreiras deveriam ser superadas. A tarefa de coletar assinaturas para o Apelo de Estocolmo era seu dever principal, não devendo outras questões interferirem em seu curso. Assim, podia ser lido na imprensa:

Uma violinista, partidária da paz, incumbida de tocar a Marcha Nupcial, durante um casamento em uma igreja do Distrito Federal, levou consigo diversos exemplares do Apelo de Estocolmo. Finda a cerimônia, a violinista aproveitou o ambiente de fraternidade reinante, e se dirigiu a cada um dos presentes. Ao apresentar o apelo, lembrou que a utilização da bomba atômica ameaçava a felicidade e a vida do jovem casal.

*Foram unâmines as adesões ao Apelo de Estocolmo.*²⁸

O militante comunista não deveria “vacilar” em nenhum momento. Qualquer situação que presenciasse em seu quotidiano era uma oportunidade de angariar mais assinaturas, contribuindo não apenas para a campanha, mas para a consolidação da paz.

O êxito da campanha, no entender dos dirigentes comunistas, dependia do sucesso da militância. Com isso, a direção partidária eximia-se de um possível fracasso na obtenção das quotas. Todavia, se os quatro milhões de assinaturas fossem obtidos, a vitória seria do partido, pois seria sob sua liderança que os militantes poderiam alcançar os objetivos. Isso fazia parte do que Reis Filho chamou de “complexo da dívida”. Nesse contexto, o Partido é a encarnação de uma vontade coletiva, politicamente organizada, detentor de um saber maior, porque científico e social. Ao ingressar no Partido, integrando-se e fazendo parte de uma vontade coletiva, o militante assumirá, por um lado, sensações e noções de superioridade. Portanto, distingue-se das pessoas comuns. Possui um *saber* especial – o marxismo-leninismo – e um *poder*, que daí decorre, sobre elas e os acontecimentos. Por outro lado, afirma o historiador,

*o militante sabe – mais ou menos conscientemente (e o Partido o lembrará freqüentemente) – que sua superioridade é relativa, porque, deriva, única e exclusivamente, do Partido. O saber e o poder de cada militante são dádivas do Partido e da vida partidária. Por maiores que sejam suas capacidades, o militante nunca deverá esquecer duas coisas: suas prerrogativas e conhecimentos jamais se igualarão as prerrogativas e conhecimentos do partido e, em segundo lugar, foi sua inserção no Partido que tornou possível adquirir o que possui.*²⁹

É importante perceber, nesse momento, a compreensão de uma inferioridade que vai marcar o militante, em relação ao partido, por toda sua vida partidária. A figura do *débito*, pode-se

²⁸ *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1950, p. 4.

²⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Op. cit., p. 124.

dizer, sempre estruturou a prática social dos comunistas. “Incorrendo em erros, terá faltado ao Partido, deverá acerto de contas, autocríticas. Nas vitórias, não terá senão cumprido o dever revolucionário e aplicado a linha do Partido”.³⁰ Com isso, os militantes deveriam superar todas as dificuldades, transpor todos os obstáculos e honrar a *dádiva* que lhe fora concedida. Atingir suas quotas de assinaturas em prol da campanha contra as bombas atômicas era, naquele momento, a maneira de honrar parte de sua *dívida* para com o Partido.

Desde o início da campanha, os comunistas procuravam engrossar suas fileiras com personalidades de destaque na sociedade brasileira. A intenção era atrair um número maior de “partidários da paz” que colaborassem com o movimento. Acreditavam que, com figuras proeminentes na literatura, na religião, nas artes, nos esportes, na política etc., conseguiram cobrir a quota nacional e até mesmo ultrapassá-la. Os comunistas aproveitavam as declarações de algumas personalidades brasileiras, não filiadas ao PCB, para se defenderem das acusações de que a campanha pela proibição das armas atômicas era uma “manobra” dos comunistas e da União Soviética.

Além de personalidades internacionais, de um modo geral pouco conhecidas no Brasil, os jornais comunistas mostravam, em seus artigos, a adesão de brasileiros destacados na sociedade. O *Apelo de Estocolmo* já havia sido assinado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, pelo general Leitão de Carvalho, senador Mathias Olímpio (UDN), os deputados Plínio Barreto (UDN), Campos Vergal (PSP) e Gurgel do Amaral (PTB), sacerdotes como o padre João Batista de Carvalho (deputado PSD), Dr. Pedro Pernambuco Filho, professor da Faculdade Nacional de Medicina e representante da América Latina na Seção de Combate aos Tóxicos da UNESCO, Evandro Lins e Silva, criminalista, Oscar Niemeyer, arquiteto e autor do projeto da sede da ONU, os escritores Aníbal Machado, Aparício Torelly, Adalgisa Nery e Jorge Amado, Caio Prado Júnior, sociólogo, Édison Carneiro, etnólogo, os jornalistas Edmar Morel e Pedro Mota Lima, Arnaldo Estrela, pianista, os pintores Di Cavalcante, José Pancetti, Cândido Portinari e Clovis Graciano, Alvaro Moreyra, presidente da Associação Brasileira de Escritores, Camargo Guarnieri, regente, Sra. Alice Tibiriçá, presidente da Federação das Mulheres do Brasil, Dr. Valério Konder, sanitário, Roberto Gusmão, representante da UNE no Conselho da União Internacional dos Estudantes, Salomão Malina, ex-combatente da FEB e membro do Conselho da Federação Mundial da Juventude Democrática, Frei Ludovico, provincial dos franciscanos de São Paulo, o cientista Cesar Lattes, artistas como Mara Rúbia, Gregório Barrios e Nhô Totico, radio-atores como Leonor Navarro, Gessy Fonseca, Mário Lago e Lia de Aguiar, a educadora Branca Fialho e vários professores universitários.

As declarações das personalidades brasileiras não deveriam, em momento algum, ser subestimadas, afirmavam os dirigentes comunistas. Tornava-se de extrema importância obtê-las, para que pudessem comprovar que a campanha pela proibição das bombas atômicas não era vinculada ao Partido Comunista do Brasil, muito menos que a campanha representasse os interesses da União Soviética.

É possível verificar, na análise das fontes, uma espécie de pedagogia militante, onde os dirigentes comunistas, através da imprensa, mas não apenas, auxiliavam a militância de base no modo de proceder, na intenção de conquistar mais assinaturas. Direcionavam ações práticas para os militantes e exigiam êxito no seu cumprimento. Como destaca Reis Filho, “a dinâmica das organizações comunistas é marcada por uma extensa gama de atividades – ou tarefas. ‘Internas’ – realizadas para atender a imperativos da própria vida orgânica e ‘externas’, referentes à sociedade envolvente.”³¹

Os jornais comunistas mostravam-se de extrema importância no que concerne ao ensino das *tarefas*. Apresentavam através de exemplos, de maneira simples e didática, como os militantes deveriam agir em determinadas situações, como deveriam fazer para conseguir que diferentes segmentos sociais assinassem o *Apelo*, como abordar um trabalhador sem ser inconveniente,

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

como esclarecer sem confundir, como convencer sem titubear. Enfim, explicitavam as melhores formas e condições para pedir aos operários, mulheres, jovens etc., que assinassem o apelo dos partidários da paz.

Para a população, de uma maneira geral, não houve maior repercussão que as assinaturas dos integrantes da seleção brasileira de futebol de 1950. Os jornais comunistas aproveitaram-se da oportunidade da entrevista com os “craques” e divulgaram-na em página inteira. O técnico da equipe brasileira, Flávio Costa, ao ser abordado pela reportagem da *Imprensa Popular*, justificou a posição dos esportistas relatando: “Assinarei o APÉLO DE ESTOCOLMO com muito prazer. (...) Acho que a guerra e o esporte são duas coisas antagônicas. A guerra só serve para dividir os povos. O esporte, ao contrário, serve para uni-los.”³² Após as palavras, continuava o artigo confirmado que “segundo o exemplo de Flávio, todos os titulares da Equipe Nacional, e mais o pessoal técnico que a acompanhava, assinaram entusiasticamente o Apelo de Estocolmo. Nenhum só deles se recusou ou sequer vacilou em dar sua assinatura em favor da Paz.”³³ Dando prosseguimento, a reportagem retratava que os membros da seleção de futebol italiana também tinham feito o mesmo. Danilo, dizia o repórter, resumia numa frase o sentimento de todos: “sob o signo da Paz marchamos para a vitória”.³⁴ Ao centro, o periódico fazia questão de mostrar uma reprodução do original, com o nome dos jogadores e membros da comissão técnica que assinaram o Apelo. Ao final, os propagandeadores da campanha apresentavam a utilidade da reportagem e clamavam todos os *combatentes da paz* que a aproveitassem na abordagem das pessoas dizendo:

*Você, leitor da Voz, que está trabalhando na coleta de assinaturas para o Apelo de Estocolmo, recorte esta página e trabalhe com ela. Nas suas visitas de casa em casa, às escolas, durante as partidas de futebol, apresente o exemplo dos craques brasileiros. Mostrem que todos podem assinar o Apelo condenando a arma atômica, arma de terror e extermínio em massa de populações.*³⁵

No discurso da “Campanha”, foram criando novas alternativas para obter os resultados almejados. Nesse aspecto, questão bastante relevante para demonstrar o esforço dos comunistas rumo à obtenção das quotas destinadas ao âmbito nacional é verificada na proposta de um “concurso de assinaturas contra a bomba atômica”,³⁶ lançado pelo jornal *Voz Operaria*, em 17 de junho de 1950. Segundo o periódico, o leitor que enviasse o maior número de assinaturas do *Apelo de Estocolmo* seria o vencedor.

A partir de julho de 1950, começaram a surgir artigos e depoimentos de personalidades ligadas ao PCB questionando o atraso no recolhimento das assinaturas para o *Apelo de Estocolmo* e pedindo que fossem redobrados os esforços para superar os obstáculos e conseguir a quota desejada. Nesse momento, tornam-se freqüentes manchetes como: “Reforçar a Luta em Defesa da Paz”, “A Resposta Imediata aos Agressores Imperialistas: Cobrir Rapidamente a Quota de Quatro Milhões”, “Superemos Imediatamente o Atraso na Campanha Contra a Arma Atômica”, “É Preciso Redobrar os Esforços para Atingir os Quatro Milhões”, “Recolher Rapidamente os Quatro Milhões de Assinaturas”, “Indispensável Uma Virada na Campanha pela Coleta dos Quatro Milhões de Assinaturas”.³⁷ Os artigos demonstravam que era possível atingir a cifra dos quatro milhões e lembravam que até 15 de setembro tinham sido recolhidos dois milhões de assinaturas. Exigiam mais esforços dos militantes, confirmado que se fazia necessário conquistar a quota em apenas quinze dias. Para a militância, a palavra de ordem era “aumentar o ritmo de colheita de

³² *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1950, p. 12 (2º Caderno).

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1950, p. 6.

³⁷ Os artigos foram extraídos do jornal *Voz Operária*, no ano de 1950 e estão assim distribuídos: 8 de julho, p. 11, p. 16; 15 de julho, p. 12; 22 de julho, p. 12; 29 de julho, p. 12; 5 de agosto, p. 4; 12 de agosto de 50, p. 12.

assinaturas.” Os patrocinadores da campanha pediam aos coletores que aproveitassem o momento de tensão proporcionado pela guerra na Coréia, divulgado por toda a imprensa, para alertar as pessoas do perigo iminente de uma guerra nuclear, possibilitando aos hesitantes convicções para assinar.

Em meados de agosto, com o título “Por Uma Reviravolta na Luta Pela Proibição da Arma Atômica”,³⁸ o dirigente comunista Jacob Gorender, em um texto amplo, enumerava os problemas que envolviam a campanha e apontava possíveis soluções. Segundo o autor, a campanha de assinaturas havia marcado alguns êxitos importantes no país. Devido aos quase dois milhões de assinaturas, ficava demonstrado que a vontade de paz era muito viva no seio do povo, não havendo necessidade de excessivo esforço para despertá-la e fazer com que se manifestasse. Contudo, era impossível deixar de constatar que o número de assinaturas coletadas estava muito aquém dos quatro milhões que o movimento comunista propôs atingir nacionalmente até fins de setembro. Criticou o ritmo em que se estava desenvolvendo a campanha e a fraca propaganda usada pelos militantes.

Revelando a imobilidade dos militantes em usar a criatividade para conseguir mais assinaturas relatava:

Outros meios que têm sido pouco ou nada empregados são os carros com alto-falantes, os desfiles de bicicletas ou de homens-sandwich, os jornais murais, os álbuns de argumentação anti-atômica, os cartazes para serem colados às paredes, os volantes e folhetos especialmente elaborados para mulheres, jovens, camponeses e para as diversas categorias de operário, as conferências em clubes esportivos, instituição de beneficência e associações religiosas, os júris simulados em recinto fechado ou ao ar livre, os enterros simbólicos, os festivais literários ou musicais, etc.³⁹

Concluía o autor afirmando que “qualquer fracasso só pode se explicar pela incapacidade de fazer uma coisa simples: ir às massas, apelar para o seu apoio criador”.⁴⁰

Mais uma vez, os militantes de base seriam os verdadeiros responsáveis pela não obtenção da quota nacional. Eles é que deveriam se dirigir às massas, entrar em contato com jovens, homens e mulheres, realizar conferências, comícios, festivais etc. Assim, fazendo parte de uma lógica intrínseca ao PCB, o fracasso era atribuído aos militantes que não se mostraram capazes de cumprir suas tarefas. O sucesso, desse modo, pertencia ao Partido, pois soube conduzir, com destreza e sabedoria, o conjunto para a vitória.

Havia chegado o dia destinado à entrega das assinaturas dos milhões de “patriotas” que apoiaram a campanha contribuindo com sua importante presença registrada no Apelo.

É interessante observar que, no dia 30 de setembro, a imprensa comunista não mencionou em suas páginas informações sobre a quota brasileira nem o resultado da campanha. Os comunistas, responsáveis pela divulgação e coleta das assinaturas destinadas ao Brasil, até a data limite para a entrega, obtiveram, segundo relatos de sua imprensa, pouco mais de dois milhões de assinaturas.

Importa mencionar que, devido ao resultado, é prorrogado o prazo de entrega para 13 de novembro, pois seria realizado de 15 a 19 daquele mês o II Congresso Mundial da Paz em Sheffield, Inglaterra, local onde os partidários da paz brasileiros deveriam apresentar sua quota de assinaturas. Os patrocinadores da campanha convocaram para os dias 21, 22 e 23 de outubro de 1950 o II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz. Durante o Congresso, cria-se a *Quinzena da Paz*, cujo principal objetivo era recolher o restante das assinaturas destinadas ao Brasil – quase dois milhões de assinaturas. Os militantes comunistas, mais uma vez, foram conclamados ao redobrar de esforços. No decorrer dos preparativos para o Congresso da Inglaterra, uma surpresa

³⁸ Idem, 19 de agosto de 1950, p. 4.

³⁹ *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1950, p. 01.

⁴⁰ Idem.

recaiu sobre os “partidários da paz” de todo o mundo. O governo inglês não autorizou a realização do congresso em seu país. Os responsáveis pela campanha, rapidamente, transferiram o encontro de Sheffield para Varsóvia, na Polônia, realizando-se no período de 16 a 23 de novembro.

No dia 18 de novembro de 1950, *Voz Operaria* publicou um artigo em sua primeira página retratando a participação do Brasil, no II Congresso Mundial da Paz, dizendo:

*A defesa da paz é a mais nobre tarefa de nosso tempo. Nessa jornada histórica de todos os povos, o Brasil ocupa um lugar de destaque. Nossos 4 milhões de assinaturas ao Apelo de Estocolmo, já assegurados antes dos resultados finais da Quinzena Nacional de Assinaturas, significam considerável contribuição à causa da paz.*⁴¹

No mesmo dia, o próprio periódico, em sua página quatro – aquela reservada somente aos assuntos do *Movimento da Paz e da Campanha pela Proibição das Armas Atômicas* –, publicou um artigo intitulado “TAREFA IMEDIATA: ATINGIR E ULTRAPASSAR OS 4 MILHÕES.” Na semana seguinte, mais uma vez, podia ser encontrado no jornal a manchete: “ATINGIR E ULTRAPASSAR OS 4 MILHÕES DE ASSINATURAS.”⁴²

Ao menos uma pergunta pode ser feita: por que pedir para atingir os quatro milhões se na primeira página do jornal o artigo congratulava os combatentes da paz brasileiros pela conquista da tarefa, antes mesmo do final da *Quinzena da Paz*? As informações, portanto, eram desencontradas.

Outra questão que causa estranheza é a rapidez com que conseguiram obter os quase dois milhões de assinaturas restantes. Vale lembrar que desde o início da campanha, lançada pelo *Apelo de Estocolmo* na segunda metade do mês de março de 1950, até 30 de setembro – quase sete meses – os partidários da paz obtiveram dois milhões e quinhentas mil assinaturas. A imprensa comunista revelava que, do início do mês de outubro até antes do dia 12 de novembro – data de encerramento da *Quinzena da Paz* –, os partidários da paz de todo o Brasil tinham conseguido completar a marca dos quatro milhões. Assim, torna-se surpreendente a maneira como atingiram a quota brasileira em tão curto espaço de tempo – aproximadamente 45 dias.

Em dezembro de 1950, os jornais comunistas divulgavam as resoluções do congresso ocorrido em Varsóvia. Segundo relatos da imprensa, “500 milhões de pessoas em todo o mundo assinaram o Apelo de Estocolmo exigindo a proibição da bomba atômica como arma de guerra e considerando criminoso de guerra contra a humanidade o governo que primeiro utilizar a bomba atômica contra qualquer país.”⁴³ Ao refletir sobre os números apresentados no I Congresso Mundial da Paz, realizado em Paris e Praga, em 1949, e compará-los com o de Varsóvia, é possível perceber, mesmo para um leitor menos atento, um ponto bastante controverso. Segundo os documentos do primeiro congresso, que estava representando 72 países, havia 600 milhões de combatentes da paz organizados. Porém, nas palavras de Fernando Claudin, “nesta imponente cifra figuravam todos os ‘combatentes da paz’ da URSS, China e demais democracias populares, onde o simples fato de pertencer ao gênero Humano era condição suficiente para ficar inscrito no inflamante exército pacifista.”⁴⁴ Como foi citado anteriormente, no II Congresso, no ano seguinte, foram recolhidos 500 milhões de assinaturas, em 79 países. É interessante observar que o número oficial de assinaturas era inferior em 100 milhões ao do I Congresso, que afirmou, naquela ocasião, haver 600 milhões de “combatentes da paz”, portanto, mais 100 milhões de pessoas para angariar assinaturas. Além disso, havia um número maior de países participando do movimento pacifista em favor da proibição das armas atômicas.

⁴¹ Idem, 18 de novembro de 1950, p. 01.

⁴² Idem, 25 de novembro de 1950, p. 4.

⁴³ Idem, 2 de dezembro de 1950, p. 4.

⁴⁴ CLAUDIN, Fernando. Op. cit., p.

Considerações finais

Em resumo, descontando os 400 milhões de assinaturas de todos os países comunistas, onde as listas eram uma “obrigação” do cidadão, os 100 milhões nos 69 países do Ocidente demonstraram o pouco sucesso – porém importante – dos revolucionários na campanha. Exetuando-se os países do bloco socialista, no resto do mundo, os combatentes da paz reduziam-se, com ligeiras variantes, aos efetivos dos partidos comunistas e das organizações de massas que controlavam (sindicatos, associações femininas, juvenis, culturais etc.). Mesmo com a participação de personalidades não atreladas ao movimento comunista do mundo esportivo, científico, artístico etc., deve-se relativizar esses dados. Os patrocinadores da campanha inflacionavam publicitariamente o número de assinaturas, cuja exatidão era extremamente difícil controlar. Informações que poderiam produzir aos não advertidos a impressão de que o movimento era um verdadeiro sucesso, ultrapassando o âmbito político e social constantemente influenciado pelos comunistas. É preciso salientar que as questões não se desenvolveram exatamente como pregavam os comunistas, e que os meios dirigentes tinham consciência disso.

Além da demonstração de que a paz era o verdadeiro desejo da maioria dos habitantes do mundo, de acordo com os organizadores da campanha, três questões ficaram estabelecidas: a luta pela defesa da paz deveria continuar até que fosse aprovada definitivamente na ONU a proibição da utilização de bombas atômicas como armamento de guerra, o fim da guerra na Coréia e o desarmamento geral. Dessa forma, a linha de luta pela paz adotada pelos comunistas permaneceu e, junto com seus partidários da paz, representados por suas delegações no II Congresso Mundial, decidiram continuar combatendo as “ações guerreiras” em todo o mundo, rumo à manutenção de uma “paz sólida e duradoura” entre as nações.

Não se pode esquecer, por outro lado, que, independente das cifras obtidas pela campanha, os comunistas, na clandestinidade, e sob forte repressão política e policial, conseguiram mobilizar diversos setores da sociedade. Políticos, religiosos, estudantes, esportistas, intelectuais, trabalhadores de diferentes áreas da economia brasileira etc., foram abordados em seu quotidiano e convencidos a cederem suas assinaturas em prol da campanha. Além disso, realizaram um importante trabalho de divulgação sobre a bomba atômica e seus efeitos. A opinião pública, em sua maior parte, desconhecia os assuntos relativos às armas nucleares, não sabiam, por exemplo, o que era a bomba atômica. Foi, em particular, através da imprensa comunista, dos “comícios-relâmpagos”, dos congressos, dos panfletos distribuídos de casa em casa, entre outros meios de divulgação, que a população, de uma maneira geral, ficou conhecendo a ação de uma bomba atômica e suas consequências. Os militantes, atuando clandestinamente, conseguiram angariar um impressionante número de assinaturas e conquistar diferentes personalidades de diversos setores da sociedade, continuando, como desejavam, mantendo-se ligados à vida política do país.